boletim repep

número 20

05.2023

Oficina de material educativo e educação patrimonial no Centro de Memória Queixada em agosto de 2022.
Foto de Regina Bototo.

Sobre a repep

A Rede Paulista de Educação Patrimonial - Repep é um coletivo de profissionais na área de cultura e educação.

Desde 2014, constrói ações de valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural e formação em educação patrimonial.

Acesse nossos princípios de educação patrimonial e estatuto no site

Somos educadores, historiadores, geógrafos, arquitetos, cientistas sociais que trabalham nas redes de ensino, em prefeituras, órgãos de preservação, museus, universidades, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, pesquisadores, profissionais liberais e integrantes de movimentos sociais.

O boletim voltou!

por João Lorandi Demarchi e Mariana Kimie Nito

A edição dos Boletins foi uma das primeiras ações de divulgação da Repep. Começamos a publicá-los em meados de 2013 com a intenção de divulgar as atividades e manter informadas aquelas pessoas que não podiam acompanhar de perto a atuação da rede.

A ideia era, por um lado, ampliar o diálogo com as pessoas interessadas na temática de educação patrimonial e nas práticas desenvolvidas pela Repep e, por outro lado, registrar sua atuação para constituir uma memória do coletivo. Ao longo do tempo, as edições foram rareando, até que o último boletim a ganhar as ruas foi publicado em 2017.

Recentemente, a Repep reafirmou a importância dessas publicações periódicas e decidimos voltar a editá-los. Por isso, anunciamos com alegria o retorno do Boletim da Repep! A partir desta edição, de maio de 2023, na onda de comemoração de 10 anos desde a primeira publicação, periodicamente teremos um novo boletim.

A Repep nunca deixou de estar atuante. Os grupos de trabalho seguiram e seguem contribuindo para a democratização da sociedade por meio do patrimônio cultural. Nas próximas edições, compartilharemos as ações feitas nos últimos anos e o que estamos desenvolvendo agora. Como exemplo, destacamos as lives (disponíveis no Youtube) promovidas pela Repep sobre diversos temas importantes para educação patrimonial.

Te convidamos a se juntar ao trabalho deste coletivo e acompanhar nossas postagens nas redes sociais, onde debatemos questões atuais sobre patrimônio cultural e atividades da Repep. **Venha somar com a gente!**

Vala clandestina de Perus: patrimônio público como reparação histórica

por Regina Bortoto

Recentemente, palavras firmes e ações decididas voltaram a tornar os Direitos Humanos base para a reconstrução das relações sociais em nosso país. A comunidade de Perus, ou melhor, o Movimento TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus/ Anhanguera), composto de diversos coletivos culturais, escolas e grupos organizados da região noroeste da cidade de São Paulo, aproveitou para retomar pautas antigas.

Estimulados por esse cenário político, o movimento aproveitou a iniciativa dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, os quais solicitaram e conseguiram agendar conversa com o ministro Sílvio de Almeida, do MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), no dia 28 de março deste ano, 2023, em Brasília, e também se manifestou, por escrito, em carta entregue ao ministro por representantes dos familiares.

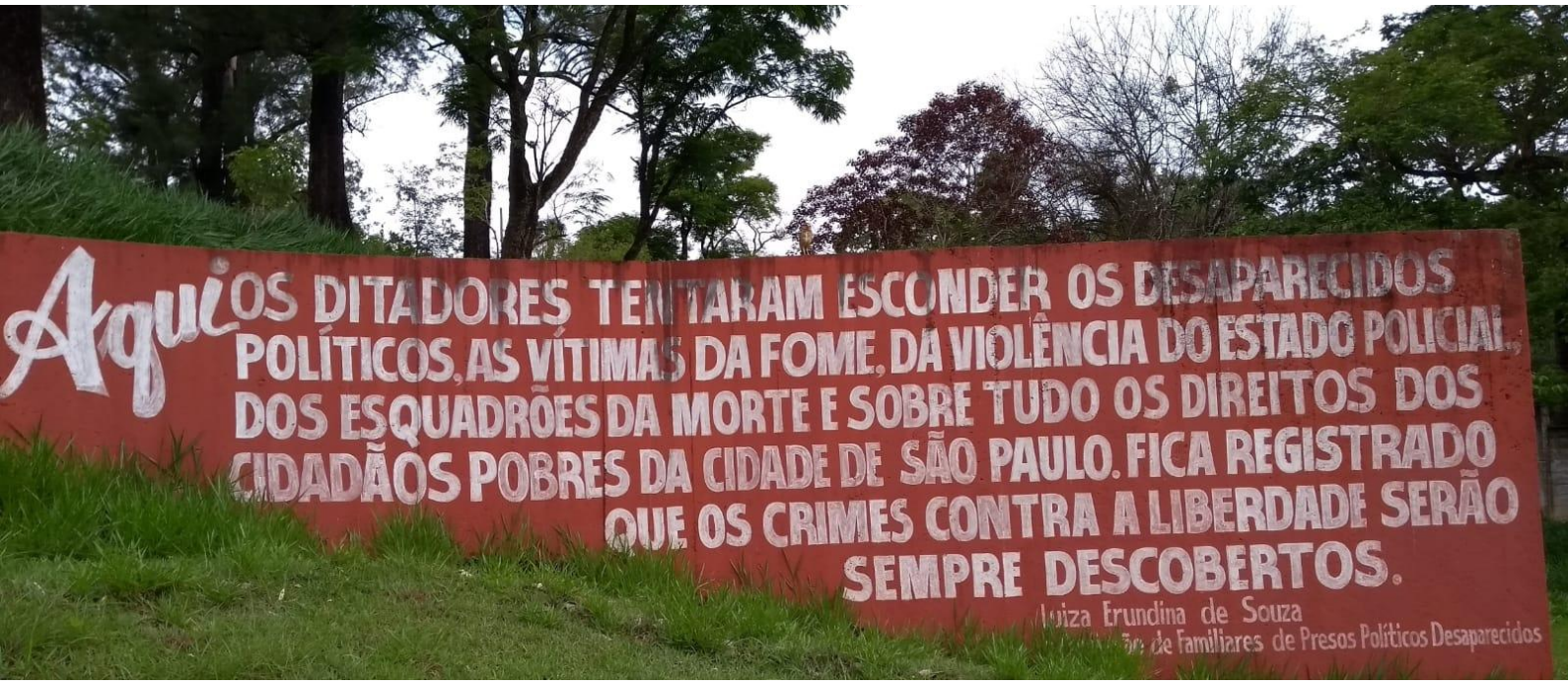
Acreditando nisso, o Movimento TICP reforçou o pedido para que Silvio de Almeida fizesse a recomposição da Comissão formada por familiares, poder público, universidade (CAAF - Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp) e comunidade com o objetivo retomar os trabalhos de indiscutível relevância técnico-científica, política e social, a justa maneira de propiciar a reparação histórica e um destino digno para os remanescentes ósseos da Vala Clandestina de Perus.

A busca pela reestruturação das políticas de memória relacionadas à ditadura militar

Durante tal audiência, por meio de relatos, se soube que foram feitos vários depoimentos pessoais e emocionados. Além, evidentemente, de falas que se destacaram abordando a necessidade da desmilitarização das polícias militares, da responsabilização penal dos envolvidos com perseguições e torturas nos anos da ditadura (1964-1985), entre outras manifestações, e, concordando com o que disse o grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, familiares e sociedade civil desejam que esse novo governo federal consiga sair do modo “fazer o possível”, e não poupe esforços em buscar mais que o possível de fato, avançando nas decisões e encaminhamentos na tentativa de amenizar a dor das feridas abertas, ainda.

Nesse sentido, algumas mudanças já foram sinalizadas, tais como o processo de nulidade dos decretos do governo anterior e a condução de novos decretos retomando e normatizando o acordo de cooperação técnica, (re)estabelecendo o plano de trabalho, os repasses anuais e etc.

continua>>



Monumento para lembrar dos mortos e presos políticos desaparecidos situado no local onde estava a Vala Clandestina, no Cemitério Dom Bosco, em Perus (São Paulo-SP). Foto de Mario Bortoto.

A Vala Clandestina de Perus: ressignificar a memória

Convém lembrar que o cemitério onde foi localizada a Vala Clandestina, também conhecida como Vala Comum, é o Dom Bosco, inaugurado em 1971 no bairro de Perus. Conforme a CPI Perus ("Desaparecidos", da Câmara Municipal de SP, p. 13), mencionada no relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, dezembro/2016, página 170:

> ***"se manteve em caráter de clandestinidade sob vários aspectos: não existe registro legal de sua criação; foi aberta em área destinada à construção de uma capela; não foi demarcada posteriormente como local de sepultamento; não foi incluída na planta do cemitério; foi construída de forma irregular, sem alvenaria e outros requisitos; e não existe registro da transferência dos corpos exumados para a vala".***

Ministro Sílvio de Almeida, em audiência pública com familiares de mortos e desaparecidos políticos no MDHC. Foto de Hanya Pereira.

Quando da gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1990, a Vala foi aberta e restos mortais de alguns opositores políticos mortos pela repressão foram identificados. Entre as cerca de 1.500 ossadas humanas ali enterradas em 1976, em sacos plásticos sem identificação, puderam ser verificadas também pessoas sem identificação e vítimas, principalmente crianças, do surto de meningite em São Paulo.

Por fim, graças à organização de familiares dos desaparecidos políticos, moradores e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Carlos Alberto Pazzini, bem como demais movimentos de Direitos Humanos, a Vala Clandestina do Dom Bosco, foi a única aberta pelo poder público e possibilitou não só a continuidade dos trabalhos de investigação, mas também a criação do Grupo de Trabalho Perus (GTP), por meio de acordo de cooperação entre UNIFESP, a Comissão de Mortos e Desaparecidos, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de SP, que se utiliza do método latino-americano de antropologia forense.

A caminhada nesses mais de 30 anos na luta pela preservação da história e da memória, em busca da verdade e da justiça, é muito árdua e sempre sofreu com as ameaças, seja na forma de cortes de recursos financeiros para execução dos trabalhos de identificação, na designação de locais inapropriados à guarda e preservação das ossadas, ou, ainda, quando apagaram com tinta branca os grafites do extenso muro do cemitério, onde as imagens contavam o período sombrio da ditadura civil-militar do Brasil.

Entretanto, após 2016 os desafios se intensificaram, a ponto de "Perus" se transformar em objeto de incidente de conciliação, dado que, por meio de decretos, a União, cuja responsabilidade é sabida, rompeu o acordo de cooperação técnica, descumpriu o plano de trabalho, e, principalmente suspendeu o repasse de verba, previsto e necessário, para a continuidade dos trabalhos. Tudo isso, como já mencionado no início, está sendo discutido e encaminhado.

Dessa forma, o Movimento Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus/Anhanguera, conclama toda sociedade a fortalecer o coro dos que pedem reparação e lutam pela construção do Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Cemitério Dom Bosco, assim como sua posterior manutenção e preservação.

Afinal, foi ali, no Cemitério Dom Bosco, hoje dispositivo integrante da identidade de Perus e região, que a Vala passou a significar a memória de tempos difíceis, a qual, para a comunidade, não deve ser apagada, pois marca um período de perseguições, dores, sofrimentos e mortes de um projeto de país que definitivamente não queremos nunca mais.

A memória, aqui, deve servir para impulsionar o futuro em direção de tempos melhores, cujo alicerce seja a verdade, a justiça, a dignidade e a paz, para toda a sociedade.

continua>>

Os desafios na retomada da memória da ditadura

O episódio de 28 de abril de 2023 do podcast "Café da Manhã", produzido pela Folha de S.Paulo, discute os desafios enfrentados pelo governo atual para reestruturar as políticas de memória após o intenso desmonte realizado nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Escute aqui.

agenda

17.05 > Pré-lançamento do Inventário Participativo Arouche LGBTQIA+, na 21ª semana de museus. Acompanhe pelo Youtube da FEUSP.

Expediente

Comissão editorial Repep
Anaclara Volpi Antonini, João Lorandi Demarchi, Mariana Kimie Nito e Regina Bortoto

Revisão
Anaclara Volpi Antonini

Diagramação
Mariana Kimie Nito

Apoio
Simone Scifone e Levi Andrade, FFLCH/USP

Agora, a luta segue também com um novo e forte elemento de preocupação relacionada à transferência da administração do serviço funerário de 22 cemitérios na cidade de São Paulo para empresas privadas. Tal privatização começou a ser debatida em 2017, inclusive sendo alvo do Ministério Público, o que demonstra o tanto de incertezas sobre o desenho, o projeto, a forma e o conteúdo, além do uso e gestão diante dessa nova condição, não somente dos cemitérios, mas também dos memoriais, em especial o de Perus.

Nesse sentido, para a comunidade de Perus, a Vala Comum do Dom Bosco, é, hoje, considerada uma importante referência cultural, um sítio arqueológico, cujo valor histórico não se discute e, portanto, deve ser preservado pelos órgãos públicos responsáveis e pelos comprometidos com a tarefa de transmitir para as novas gerações a triste história do desaparecimento de cidadãos e cidadãs que lutaram e resistiram em defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

Audiência pública com familiares de mortos e desaparecidos políticos no MDHC. Brasília (DF), 28 de março de 2023. Foto de Elson Costa.